

Eliminação de subsídio sobre fretes poderia render R\$ 6 bi

Para presidente da Fecomcombustíveis, medida não causaria polêmica por afetar apenas 2% do mercado

JÓ GALAZI

RIO - O governo poderá ter R\$ 6 bilhões adicionais por ano, caso venha a eliminar subsídios sobre fretes de combustíveis em algumas regiões do País. E isso sem causar polêmica - exceto nas áreas atingidas, que teriam o preço dos combustíveis elevados pelo repasse ao consumidor do valor real do frete. Essas regiões, entretanto, representam apenas 2% do mercado. Portanto, não haveria um grande problema se os preços finais subissem. É o que afirma o presidente da Federação dos Revendedores de Combustíveis (Fecomcombustíveis), Gil Siuffo.

De acordo com ele, no programa de ajuste fiscal apresentado pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan, a desregulamentação do setor de combustíveis foi tratada de maneira vaga, mas o governo acenou a supressão de alguns itens de resarcimento, equalização e subsídios.

Siuffo explica que nas regiões mais distantes, como a Amazônia Legal, o preço dos combustíveis é mantido nos padrões do restante do País graças à Parcela de Preços Especiais (PPE), cobrada em produtos como a gasolina. A PPE, recolhida pelo governo, cobre a diferença existente entre o valor dos fretes nas regiões mais remotas e o valor menor vigente nas demais áreas do País.

"Basta que o governo continue

cobrando a PPE nos combustíveis e, em vez de usar o dinheiro para cobrir a diferença de fretes, simplesmente o incorpore aos recursos do Tesouro", resumiu. Como assinalou, os consumidores já estão habituados aos preços que pagam pela gasolina e outros produtos e, desta forma, não estariam mesmo esperando uma redução de preços, proporcionada pela retirada da PPE. Portanto, a maioria nem repararia no que ocorreu. Quando aos consumidores das áreas que ficariam sem o subsídio, eles representam somente cerca de 2% do mercado de combustíveis. Siuffo acredita que o governo deverá lançar mão dessa possibilidade.

O empresário gostou do programa apresentado pelo ministro Malan, mas se disse preocupado com o diesel, que é tabelado e tem margens de remuneração fixadas pelo governo. A Contribui-

ção Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), hoje de 0,20%, não pode ser repassada a os consumidores, e os revendedores de combustíveis, segundo Siuffo, estavam absorvendo o aumento

do custo. "Mas com a CPMF em 0,38% vai ficar insuportável."

Ele explica que a margem do revendedor (a parte do preço com a qual ele fica para cobrir todos os custos do posto e retirar o lucro, é de R\$ 0,55 por litro, em alguns Estados. "Recolher 0,38% sobre esse valor vai deixar o revendedor praticamente sem dinheiro bastante para tocar seu negócio", reclamou. "Faremos um pleito ao governo para que, onde houver tabelamento, o custo da CPMF possa ser repassado aos consumidores", informou.

REVENDEDOR
DIZ QUE CPMF
DE 0,38% É
INSUPORTÁVEL